

MOVIMENTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO NO TRÂNSITO - FLORIANÓPOLIS/SC - SETEMBRO/OUTUBRO 2012



O Jornal O MONATRAN entrevistou os candidados à Prefeitura de Florianópolis no intuito de conhecer suas propostas para melhorar o caótico trânsito da capital. Leia, nas páginas 8 e 9, o que eles pensam fazer.



Dilma quer reduzir índice de acidentes e mortes no trânsito

Página 4

Entrega de direção a motorista alcoolizado pode caracterizar homicídio com dolo eventual

Página 10

SEMANA DO TRÂNSITO

Especialistas, reunidos na Assembleia Legislativa/SC, alertam para "epidemia de mortes" no trânsito.

Página 16

Ousadia e álcool empurram jovens para mortes no trânsito

Para especialistas, falta de preparo e impunidade reforçam espírito aventureiro.

Página 16











EDITORIAL

Trapalhada Nacional

de ter início a chamada Semana Nacional do Trânsito, acompanhamos uma das maiores "trapalhadas" do que deveria ser a regulamentação da "Lei do Descanso dos Caminhoneiros".

No dia 12 de Setembro – dia em que deveria ter início a "fiscalização punitiva" para aqueles motoristas que não descansassem as 11 horas no intervalo entre jornadas, conforme determina a lei 12.619/2012, o Conselho Nacional de Trânsito (Contran) aprovou uma resolução que recomendava a aplicação da lei somente nas estradas com estrutura necessária para que o caminhoneiro possa fazer a parada de descanso.

Para completar, o órgão estipulou prazo de 180 dias para que os ministérios dos Transportes e do Trabalho apresentem uma lista de rodovias que possuam as condições necessárias para parada e descanso dos motoristas, estabelecido pela lei que, teoricamente, está em vigor desde julho.

Como dizem no palavreado popular, seria engraçado, se não fosse trágico. Mais uma vez percebemos o Brasil como o país da última hora, do improviso... e não há como deixar de perguntar? Por que esperaram tanto para mandar fazer uma lista das estradas que possuem condições de atender aos motoristas profissionais?

Afinal, era mais do que óbvio que a maioria das estradas do país não tem as condições sanitárias e de conforto, com alojamentos e refeitórios, conforme normatizado pelo Ministério do Trabalho.

Para piorar, veio aquela velha história do "empurra" e o Contran passou o abacaxi para as mãos da Polícia Rodoviária Federal (PRF), informando que a fiscalização poderia se iniciar, a critério das polícias rodoviárias, nas rodovias com estrutura adequada para o cumprimento da lei.

Resumo da ópera... a PRF tratou logo de se abster desta responsabilidade e afirmou que, enquanto a lista não ficar pronta, seu contingente continuará fazendo apenas a "fiscalização educativa". Lógico e evidente!

Para encurtar a história, tal trapalhada monumental está contribuindo ainda mais para a desmoralização da lei, que tanto poderia ajudar, visto a gravidade do problema que pretende coibir.

Todavia, para a nossa tristeza e lamento, mais uma lei parece estar indo direto para o rol daquelas que "não pegam" e logo caem no esquecimento. Lamentável!

NOTAS E FLAGRANTES

Mercedes-Benz testa rede social para automóveis

A Mercedes-Benz anunciou que está testando a primeira rede social para automóveis. A ideia é adaptar o conceito para aumentar a segurança viária e a eficiência dos veículos. Na experiência, 120 carros irão rodar nas estradas da região do Rhine-Main, na Alemanha, até o final do ano. Cada um é ligado por meio de uma rede aos outros participantes, assim como à infraestrutura de controle do tráfego.

Cada veículo irá manter os outros atualizados sobre a situação do trânsito em tempo real. Por exemplo, se o final de um engarrafamento em uma autoestrada estiver escondido atrás de uma colina, os veículos que se aproximarem da área problemática poderão receber um aviso antecipado, permitindo que o motorista decida se deve procurar uma rota alternativa.

FLAGRANTE

Corregedor Luiz de Mello Serra, do TRE/RJ, estaciona sobre calçada no Rio de Janeiro e vira motivo de revolta nas redes sociais.

A foto foi tirada em dezembro de 2009. Porém, neste mês de setembro, voltou a ter repercussão – agora, nas redes sociais. É sempre bom lembrar que estacionar em calçadas é irregularidade prevista no Código Brasileiro de Trânsito, que a define como infração grave,

sujeita a multa de R\$ 127 e perda de cinco pontos na carteira de habilitação, além da



remoção do veículo. Além disso, mesmo carros oficiais são obrigados a cumprir as leis de trânsito.

Equipamento emite alerta para o uso indevido de vagas no trânsito

Fazer o motorista infrator morrer de vergonha. Este é o objetivo de um equipamento desenvolvido pelo engenheiro mecânico Sérgio Yamawaki, de Curitiba, para monitorar o uso das vagas de estacionamento exclusivas para idosos e deficientes físicos. Sensores instalados no local e no carro indicam quem tem direito de parar o carro naquele espaço. Para o motorista espertinho, que não for reconhecido pelo sistema, o aparelho emite um aviso sonoro de que ele deve desocupar a vaga. Já o idoso ou deficiente com o sensor no carro terá uma melhor recepção, com uma mensagem de boas vindas.

"O objetivo é fazer a pessoa pagar mico mesmo. As pessoas não sabem as dificuldades dos idosos e dos deficientes, que têm uma limitação motora. O motorista que não deve parar ali até pode dizer que a vaga não estava ocupada, mas ela é exclusiva, e não preferencial. Quem para na vaga diz que é por apenas cinco minutos, o que a gente sabe que não acontece", comenta o engenheiro.

CET promove Semana de Carona Solidária para marcar o Dia Mundial Sem Carro

A Companhia de Engenharia de Tráfego (CET) de São Paulo promoveu a Semana de Carona Solidária entre os dias 17 e 21 de setembro para marcar o Dia Mundial Sem Carro, comemorado no dia 22. Durante esta semana, os motoristas que utilizam as faixas reversíveis puderam fazê-lo quando estiverem transportando um ou mais passageiros no veículo. A medida teve caráter educativo e visou incentivar a carona solidária.

O Dia Mundial Sem Carro é um evento internacional realizado anualmente em que a população é convidada a deixar seu veículo na garagem e utilizar outros meios de transporte. O objetivo da iniciativa é combater a poluição do ar, a emissão excessiva de gases (efeito estufa) e estimular o uso do transporte coletivo.

• monatran

Jornal do **MONATRAN**
Movimento Nacional de Educação no Trânsito
Sede Nacional: Av. Hercílio Luz, 639 Conj. 911
Centro - Florianópolis / Santa Catarina – CEP 88020-000
Fone: (48) 3333-7984 / 3223-4920

E-mail: jornal@monatran.org.br Site: www.monatran.org.br

DIRETORIA EXECUTIVA:

Presidente: Roberto Alvarez Bentes de Sá

Diretores: Romeu de Andrade Lourenção Júnior

José Carlos Pacheco
Sergio Carlos Boabaid
Luiz Mario Bratti
Maria Terezinha Alves
Francisco José Mattos Mibielli

Jornalista Responsável e diagramador:

Rogério Junkes - Registro Profissional nº 775 - DRT Redatora: Ellen Bruehmueller - Registro

Profissional n° 139/MS - DRT **Tiragem:** 12.000 exemplares

Tiragem: 12.000 exemplare **Distribuição:** Gratuita

Os artigos e matérias publicados neste jornal são de exclusiva responsabilidade dos autores que os assinam, não refletindo necessariamente o pensamento da direção do MONATRAN ou do editor

PALAVRA DO PRESIDENTE

Roberto Alvarez Bentes de Sá robertobentes@monatran.org.br

É o Brasil na Guerra

presidente Dilma Rousseff mostrou nestes dias
uma firme disposição de
acabar com uma guerra que vem
infelicitando este nosso país. Certamente você sabe que guerra é essa.
Acertou, é a guerra do trânsito, uma
guerra cruel que mata milhares de
pessoas todos os anos, além de vitimar outras milhares por mutilações
ou deficiências para o resto da vida.
Hoje se morre mais por acidentes
de trânsito do que por qualquer
doença no Brasil. É, assim, um caso
de emergência nacional.

Tendo em mãos os dados dos últimos anos do trânsito, a líder

do executivo lançou um projeto para diminuir os óbitos nas estradas brasileiras. Trata-se do "Pela Consciência no Trânsito". Esse projeto visa promover a paz entre os motoristas, empregando uma série de investimentos por parte do governo. No dia do lançamento, 21 de Setembro, a presidente fez questão de usar uma camiseta com o rosto do jovem Rafael Mascarenhas, filho da atriz Cissa Guimarães, morto brutalmente no trânsito, representando assim as inumeráveis famílias que perderam um ente querido nas ruas ou estradas de todos os nossos estados.

Finalmente, assume o governo alguém que vê esse quadro nacional como um problema a exigir providências drásticas e imediatas.

Não era possível continuar com governantes que não reagissem à gravidade da presente situação. Entre as medidas agora anunciadas está a meta de diminuir em 50% o número de mortes no trânsito até 2020. Um número ousado, talvez difícil de alcançar, mas só o fato de se propor políticas voltadas decisivamente para essa tentativa já é algo que merece os nossos aplausos, independentemente das cores partidárias de cada um de nós. Afinal,

a vida tem compromisso com ela mesma acima das preferências partidárias.

Nós do Monatran batemos nessa tecla há anos, mostrando em cada linha de comunicação nosso objetivo em fazer com que cada cidadão tenha consciência plena em preservar o seu maior bem – a vida. Não só a sua, mas também a do próximo. E por isso nos regozijamos ao verificar que temos agora, em nossa identidade de propósitos, a companhia poderosa do governo federal.

Parabéns Presidente Dilma Rousseff!



Motociclista no simulador de trânsito

Ministério das Cidades e Abraciclo promovem Check-Up de Motos na Semana Nacional de Trânsito

O Ministério das Cidades (MCidades) promoveu uma série de ações durante a Semana Nacional de Trânsito para conscientização dos motoristas sobre os riscos de dirigir com excesso de velocidade. Uma delas aconteceu no dia 19 de setembro, no estacionamento do estádio Mané Garrincha, em Brasília: a 16ª Edição MotoCheck-Up.

O evento é promovido pelo MCidades, através do Departamento Nacional de Trânsito (Denatran), em parceria com Associação Brasileira dos Fabricantes de Motocicletas, Ciclomotores, Motonetas, Bicicletas e Similares (Abraciclo).

Na ocasião, cerca de 1,5 mil motociclistas tiveram, gratuitamente, uma avaliação das condições mecânicas de 21 itens de sua moto, por meio de um circuito. Aqueles que concluíam o check-up ganhavam brindes das concessionárias participantes, como litros de óleo. Além disso, foram distribuídas cartilhas produzidas pelo MCidades - intituladas "Motociclista Consciente" - e milhares de folders de conscientização.

CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO (LEI Nº 9.503, DE 1997)



Art. 26. Os usuários das vias terrestres devem:

IV - quando uma pista de rolamento comportar várias faixas de circulação no mesmo sentido, são as da direita destinadas ao deslocamento dos veículos mais lentos e de maior porte, quando não houver faixa especial a eles destinada, e as da esquerda, destinadas à ultrapassagem e ao deslocamento dos veículos de maior velocidade.





A presidente Dilma Rousseff lança a campanha "Pela Consciência no Trânsito" do Pacto Nacional pela Redução de Acidente, em cerimônia no Palácio do Planalto

Dilma lança campanha de trânsito para reduzir índice de acidentes e mortes

A presidente Dilma Rousseff lançou no dia 21 de setembro a campanha "Pela Consciência no Trânsito", em cerimônia no Palácio do Planalto, que tem ações para conscientizar os motoristas e reduzir acidentes e mortes. O lançamento da campanha faz parte das ações da Semana Nacional do Trânsito de 2012, realizada entre os dias 18 e 25 de setembro.

O evento contou com a presença de pessoas que sofreram acidentes de trânsito, esportistas e artistas. Vestindo uma camiseta Acom o rosto de Rafael Mascarenhas, filho mais novo da atriz Cissa Guimarães, que morreu atropelado há dois anos, Dilma homenageou todas as mães que perderam filhos no trânsito.

"Eu queria iniciar cumprimentando a Cissa Guimarães. Eu estou aqui com a camisa do Rafael porque eu quero iniciar homenageando todas as mães, todos os pais, todos os parentes que sofreram perdas como a da Cissa. São perdas irreparáveis (...) Juntos podemos fazer do trânsito uma

oportunidade de exercitar nossa solidariedade e nossa prudência. Nossa cidadania e nosso respeito a esse bem que todos nós sabemos que é o mais precioso de todos, que é a vida", afirmou.

O ministro das Cidades, Agnaldo Ribeiro, por sua vez, anunciou que a meta do governo é reduzir em 50% o número de mortes no trânsito até 2020, proposta pela Organização das Nações Unidas. Em 2010, 42.844 pessoas morreram nas estradas e ruas do país.

"Derrubar à metade o número de mortes significa salvar a vida de 21 mil pessoas a cada doze meses. Não podemos desperdiçar nosso futuro, desperdiçar tantas vidas. Nossas estradas não podem ser ralos por onde escoa a vida (...) Eu tenho certeza que [com a campanha] vamos alcançar os resultados", disse o ministro.

O ex-piloto de Fórmula 1 Emerson Fittipaldi afirmou que a estatística de acidentes de trânsito no Brasil é assustadora e por isso o lançamento da campanha representa um dia histórico. Segundo ele, a campanha vai deixar um legado para as próximas gerações.

A presidente ainda enfatizou que o governo estreitará o relacionamento com a indústria de automotores. "Precisamos de uma relação de cooperação com a indústria para elevar o padrão de segurança nos nossos automóveis", afirmou a presidente, após lembrar que a maior taxa de mortalidade atinge os jovens e muitos destes acidentes ocorrem com motos.

Dilma concordou com a fala de Cissa Guimarães, que pediu o endurecimento da penalização de quem mata no trânsito e disse esperar que a campanha lançada pelo governo promova uma mudança de comportamento na sociedade. "Quem comete homicídio não vai para a prisão porque pena de quatro anos não leva ninguém para a cadeia e aí se tem a certeza da impunidade", disse Cissa. Ela pediu ainda "um pacto para acabar com a impunidade, com a sensação de impunidade e com a corrupção, e mobilização dos agentes de trânsito" para reduzir o número de mortos no trânsito.

"Um Airbus de mortes no

trânsito cai todos os dias no Brasil", desabafou ela, acrescentando que são 40 mil mortes no trânsito por ano e que isso "é inadmissível". Ao discursar, Dilma citou a fala de Cissa e pregou endurecimento dos penas. Ela afirmou que é preciso haver "correspondência entre a realidade e a legislação" e disse que é "obrigação do governo" fazer este pacto pela redução de mortes. Segundo a presidente, "só é possível fazer esse pacto quando a sua dor for a nossa dor" e isso é necessário para que se "crie padrões de comportamento onde o bom é respeitar regras e o ruim é violá-las", "para que não sejamos cúmplices" destas mortes.

Dilma disse que o governo federal "está fazendo sua parte" no combate às mortes no trânsito, ao aumentar o número de estradas, de duplicá-las, ao investir em mobilidade urbana em grandes cidades. A presidente pediu ainda o envolvimento dos governos estaduais e dos prefeitos das grandes cidades e dos cidadãos em geral neste pacto para que se possa "exercitar a solidariedade e a prudência" no trânsito.



Presidente Dilma Rousseff discursa durante cerimônia alusiva à Semana Nacional do Trânsito 2012.

Jose Roberto de Souza Dias *

Cidadania no Trânsito

artigo deste mês já estava pronto e era uma espécie de síntese de minhas múltiplas participações na "semana do trânsito" deste ano. Um dos objetivos era focar o Custo Brasil dos acidentes de trânsito, por ótica toda especial, a dos desdobramentos sociais decorrentes do enorme desperdício econômico resultante do trânsito e de sua síndrome, erroneamente chamada de acidente.

Estava pronto para enviar a matéria ao editor quando recebi um e-mail chocante. Ainda mais considerando tratar-se de eminente advogado e professor doutor de renomada universidade. Resolvi deixar o assunto de lado e reproduzir aos leitores o que acabo de ler. Espero que sirva de alerta e referência para a prática de um trânsito cidadão. Veja o relato:

"Hoje, um fato me fez pensar na gravidade da cidadania no trânsito. As pessoas dirigem com problemas e muitas vezes os projetam em quem está mais próximo em razão de muito stress. Angústias se voltam para os outros. Por sorte, na maioria das vezes, não coloca frente a frente duas pessoas enlouquecidas, drogadas, armadas, mal amadas. Ao menos, um deve permanecer normal, ou manter o clima da cordialidade possível para

evitar o pior. Quando isso não ocorre a tragédia pede carona e até a morte ilustra as páginas policiais. Vale a pena resumir o que aconteceu:

Chovia bastante no nosso bairro. Saí para ir ao supermercado, um pulinho do meu apartamento. Na Avenida, havia muita água acumulada, ultrapassei um carro e segui até o mercado. Quando saí do veículo no estacionamento, fui abordado por um jovem de uns 35 anos, terno e gravata, ele na chuva e eu sob proteção dos pingos frios, já no supermercado. O homem aparentava um imenso sofrimento expresso num ódio pela minha pessoa. Me abordou histericamente, aos gritos. Afirmava que eu dera um banho em sua esposa. O quadro era surreal, quase ri mas me contive.

Eu de carro, numa noite chuvosa, dando um banho na mulher do rapaz, algo inimaginável. Devia a moça estar com o vidro aberto, sei lá o motivo. Gosto é gosto. Um banho fétido é uma hipótese plausível para quem age de maneira tão estranha no momento de uma forte chuva...

O confronto não terminou em pancadaria, felizmente, mas o homem, ainda possesso, apresentava um quadro claro de histeria, produzindo uma encenação teatral. Ouvi os gritos dele e não me alterei, mantive a distância e esperei mesmo uma agressão física, mas o "ofendido" percebeu que não se tratava de um moleque, mas de um cidadão surpreso, pasmo mesmo com aquela situação absolutamente hilária e surreal. No final gritou o grito mais desesperado, já se evadindo do local "eu não te bato porque você é mais velho". Naquele momento o "ofendido" pelo banho da mulher acabara de cometer dois crimes: ameaça e preconceito.

Que tipo de cidadão é este que julgando-se prejudicado por um banho que a própria esposa escolheu, se julga o juiz do mundo ameaçando. Ademais, ter mais idade que outro cidadão é demérito? Ou atitude covarde inaceitável de uma discriminação sem sentido? Ou arroubos de bufões de plantão?

Dei com os ombros e me senti aliviado de escapar de situação tão degradante. Transtornados não são como bruxas, vemos todos os dias e pensamos que eles se encontram em tratamento e é aí que nos enganamos redondamente. Temos que ter muito cuidado, jamais discutir, dar-lhes razão sempre, jamais contrariá-los, pois podem estar em surto e neste estado são perigosos. Melhor até representar o covarde, pedir desculpas. Quais seriam as outras opções?

No meu caso optei por manter a distância, por ele notado, para evitar o pior. O carro por mim dirigido pode ter jogado a água em outro carro em dia de chuva e de noite, algo normal. Mas, insisto, incompreensível é circular de vidro aberto na hora de chuvas torrenciais, mesmo se em romântico passeio noturno.

Em situação semelhante aconselho o cidadão a redobrar os cuidados, não discutir, prestar muita atenção no trânsito e curtir esta maravilhosa terra, que encanta brasileiros e estrangeiros de várias partes do mundo."

Por isso sempre é bom lembrar, no trânsito todo o cuidado é pouco!

* Doutor em Ciências Humanas e Mestre em História Econômica pela USP. Professor Adjunto da UFSC, criou e coordenou o Programa PARE do Ministério dos Transportes, foi Diretor do Departamento Nacional de Trânsito - Denatran. Secretário Executivo do Gerat da Casa Civil da Presidência da República. Diretor de Planeiamento da Secretaria de Transportes do Rio Grande do Sul, Presidente do Instituto Chamberlain de Estudos Avancados e membro do Conselho Deliberativo do Monatran – Movimento Nacional de Educação no Trânsito, Doutor Honoris Causa pela Faculdade de Ciências Sociais de Florianópolis - CESUSC. Coordenador do Núcleo de Articulação Voluntária - NAV.

Apenas três prefeituráveis de Joinville assinaram cartacompromisso com a mobilidade por bicicletas

Inspirados nas ações realizadas em outras cidades brasileiras, o Grupo Bicicletada Joinville elaborou uma consulta pública a respeito da mobilidade urbana e o uso da bicicleta em Joinville, entre os dias 10 de Agosto e 2 de Setembro de 2012, com o objetivo de avaliar as demandas dos ciclistas joinvilenses para o poder público.

A partir das informações coletadas, foi elaborada uma Carta Compromisso que foi entregue aos candidatos à Prefeitura nos seus respectivos Comitês de Campanha e no painel promovido pelo Conselho Municipal de Políticas Culturais de Joinville, no dia 17 de setembro.

Entretanto, até o fechamento desta edição, apenas três prefeituráveis de Joinville haviam assinado o documento. São eles: Carlito Merss (PT), Leonel Camasão (PSOL) e Udo Dohler (PMDB). Os demais candidatos: Kennedy Nunes (PSD) e Marco Tebaldi (PSDB) ainda não haviam se pronunciado a respeito.

Segundo a Pesquisa Origem-Destino (OD - Joinville/ SC 2009-2010), mais de 72 mil pessoas utilizam a bicicleta como meio de transporte ao menos uma vez por semana na cidade de Joinville. No entanto, este número poderia ser ainda maior se a estrutura cicloviária fosse melhor. De acordo com a pesquisa realizada no projeto "Transporte por Bicicletas em Cidades Catarinenses", 74,3% dos motoristas de automóvel afirmaram que utilizariam mais a bicicleta caso houvesse essa melhoria.

Para o Grupo Bicicletada de Joinville, garantir a segurança dos ciclistas e estimular o uso da bicicleta na cidade através de políticas efetivas devem fazer parte da

plataforma política dos próximos governantes. Dentre as melhorias propostas a partir dos resultados da consulta pública, destacam-se: fiscalização de motoristas que não respeitam as normas do Código de Trânsito Brasileiro; construção de ciclovias em avenidas e ciclofaixas em ruas locais e integração de toda a malha cicloviária; criação de programas de educação para motoristas e ciclistas; estabelecimento e cumprimento de prazos anunciados para projetos cicloviários; construção de estacionamentos para bicicletas (bicicletários

e paraciclos) em locais de grande fluxo de pessoas; aprovação de projetos de lei que contemplem o estímulo ao uso da bicicleta; promover a criação de espaços de diálogo institucional entre a sociedade civil e o poder público; Inserção de educação para o trânsito no currículo escolar desde o ensino fundamental; sinalização de faixa reservada para a bicicleta ao lado das faixas exclusivas de ônibus ou compartilhamento das faixas exclusivas para ônibus com a bicicleta; e ainda a criação do Programa de bicicletas compartilhadas.

Governo quer tirar lei seca do Código Penal para apressar 'tolerância zero'

Para apressar a punição aos motoristas embriagados que evitam fazer o teste do bafômetro, o governo federal pretende aprovar ainda em setembro o projeto de lei que permite à Justiça punir o condutor envolvido em acidente, mesmo se não for comprovada a quantidade de álcool que ele tem no sangue - informação que só é possível ser obtida pelo teste do bafômetro ou por exame de sangue.

A rápida tramitação da lei, que já foi aprovada na Câmara e atualmente aguarda votação do Senado, permitiria que as regras sobre a elaboração de provas para a lei seca não dependessem da aprovação da reforma do Código Penal, que deve ocorrer só no fim do ano. Essa seria uma resposta do governo ao aumento no número de mortes no trânsito.

Segundo o Mapa de Acidentes no Trânsito 2012, produzido por Julio Jacobo Waiselfisz, entre 1996 e 2010, morreram 518,5 mil pessoas em acidentes de trânsito no Brasil. O número mais alto da série ocorreu justamente em 2010, com

40.989 vítimas e 21,5 casos por 100 mil habitantes.

"A intenção é aprovar a mudança a respeito da forma como são produzidas as provas para a lei seca. A pena a ser aplicada e outras discussões a respeito dos crimes do Código de Trânsito continuam sendo discutidas entre os especialistas que tratam da reforma do Código Penal", explica o secretário de Assuntos Le-

Ideia é aprovar,
o mais rápido,
legislação que
pune motorista
bêbado mesmo
sem comprovação
de quantidade de
álcool no sangue

gislativos do Ministério da Justiça, Marivaldo Pereira.

Atualmente, para que o motorista seja considerado embriagado, é preciso comprovar

que ele tenha mais de 6 decigramas de álcool por litro de sangue. Sem esse limite, o uso de bafômetros viraria instrumento de defesa, garantindo a possibilidade de quantificar o porcentual de álcool no sangue do motorista.

STJ - No começo do ano, por decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ficou decidido que só o teste do bafômetro e o exame de sangue poderiam ser aceitos como prova de embriaguez para fundamentar a abertura de ação penal contra quem que for flagrado dirigindo embriagado.

A decisão do STJ dificultou a punição criminal dos motoristas que dirigissem embriagados e se recusassem a fazer o teste. Como a Constituição garante ao cidadão o direito de não produzir prova contra si mesmo - e por isso ele pode se recusar a fazer o teste - as punições passaram a ser apenas de caráter administrativo, como a suspensão da Carteira Nacional de Habilitação.

Essa situação teria favorecido quem bebe e dirige. O número de pessoas flagradas dirigindo bêbadas no primeiro semestre, na capital paulista, por exemplo, já supera o total de todo o ano passado. Segundo balanço divulgado pela PM, foram 7.118 autuações até junho. No ano passado, de janeiro a dezembro, houve 6.531 flagrantes.

Caso a nova lei seja aprovada, o texto prevê utilização de outros meios de prova para comprovar a embriaguez, incluindo depoimentos e testemunhos de policiais rodoviários e demais testemunhas do acidente. De autoria do senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES), a previsão é de que seja aprovado quando os senadores participarem de esforço concentrado.

NOTA DO EDITOR: Até o fechamento desta edição, o projeto ainda não havia sido votado no Senado. Sendo assim, sua aprovação, deve ficar para o mês de Outubro, diferente do que pretendia o Governo.

PRF diz que só multa caminhoneiros após saber quais rodovias fiscalizará

Polícia Rodoviária aguarda lista de estradas a ser elaborada por ministérios. Resolução do Contran deu 180 dias para que lista seja apresentada.

A Polícia Rodoviária Federal divulgou nota no início da noite do dia 12 de Setembro na qual informa que somente aplicará multas aos caminhoneiros que não cumprirem a chamada "lei do descanso" depois que for divulgada a lista das rodovias em que a fiscalização será exercida.

Na manhã do dia 12, o Conselho Nacional de Trânsito (Contran) aprovou resolução que recomendava a aplicação da lei somente nas estradas com estrutura necessária para que o caminhoneiro possa fazer a parada de descanso de 11 horas no intervalo entre jornadas, conforme determina a lei 12.619/2012, em vigor desde julho.

Na mesma resolução, o Contran estipulou prazo de 180 dias para que os ministérios dos Transportes e do Trabalho apresentem uma lista de rodovias com as condições necessárias para parada e descanso dos motoristas. Segundo a lei, os locais devem ter condições sanitárias e de



conforto, com alojamentos e refeitórios, conforme normatizado pelo Ministério do Trabalho.

"A PRF, portanto, até que seja publicada a portaria interministerial definindo quais rodovias possuem condições adequadas para o descanso dos motoristas, realizará apenas a fiscalização educativa", informou a nota divulgada pela assessoria do órgão.

O prazo da "fiscalização educativa", na qual não são aplicadas multas, se encerrou no dia 11 de Setembro e no dia 12 se iniciou o prazo da "fiscalização punitiva". Por isso, segundo a PRF, as multas aplicadas serão anuladas.

"Em virtude das novas condições para a fiscalização, impostas pela nova resolução

de Contran, os autos de infrações lavrados hoje, devido ao descumprimento do descanso exigido por lei, não serão homologados, visto que não há eficácia passível de gerar efeitos jurídicos", diz na nota a Polícia Rodoviária Federal.

Pela manhã do dia 12, a assessoria do Contran informava que, em virtude da recomendação do órgão, a fiscalização poderia se iniciar, a critério das polícias rodoviárias, nas rodovias com estrutura adequada para o cumprimento da lei. A assessoria havia informado que, enquanto a lista não ficasse pronta, as superintendências estaduais da polícia rodoviária poderiam definir em quais rodovias caberia aplicar a norma.

"Como não é possível à PRF definir quais normas precisam ser cumpridas para que haja a fiscalização efetiva, para seu início, é necessário que sejam publicados os locais considerados adequados para o descanso", informou a nota da Polícia Rodoviária Federal.

Após a divulgação da resolução do Contran, representantes dos caminhoneiros decidiram retirar a orientação para que os motoristas deixassem de viajar em razão da fiscalização. Eles argumentam que não há nas rodovias condições para que seja cumprido o intervalo de 11 horas de parada entre as jornadas de trabalho.

"No nosso entendimento, a resolução suspendeu aplicação de multas pelos próximos 180 dias. Para a gente, a questão foi resolvida. Vou orientar os caminhoneiros a fazerem as viagens normalmente", afirmou Nélio Botelho, presidente do Movimento União Brasil Caminhoneiro, que representa caminhoneiros de todo o país.

No final de julho, caminhoneiros fizeram greve contestando a lei 12.619/2012. Eles alegam que as estradas não têm locais apropriados para pouso e que a exigência implicaria também prejuízo financeiro para a categoria.

Diante da reclamação dos caminhonheiros, o governo tinha decidido não aplicar multas pelo prazo de um mês, que venceu em meados de setembro.

Ildo Raimundo Rosa *

A Sensação de Insegurança

crescente dificuldade em "conviver" em nossas cidades vem provocando o acelerado envolvimento da sociedade civil organizada na busca das soluções, o que na maioria das vezes esbarra na falta de perspectivas de médio e longo prazo, quase sempre vinculadas ao atendimento de demandas de curto prazo, onde se tenta evitar o pior já quase a beira do caos.

As políticas de segurança pública, mesmo que amparadas em um notável incremento de seu nível de importância, o que tem afetado alguns indicadores de forma positiva e que são amplamente divulgados, não conseguem superar a "sensação de insegurança" que nos domina cada vez mais.

Contudo, estamos perdendo pouco a pouco nossa capacidade de mobilização, é triste constatar que a realização de uma copa do mundo supera a própria vida, levantar uma taça é mais importante que viver.

Ora, se nossas autoridades conseguem identificar a necessidade posta para atender grandes eventos, porque não estendê-los para todos?

As exitosas intervenções havidas no Rio de Janeiro, onde Unidades Pacificadoras são instaladas com grandes efetivos, tanto humanos quanto de logística, acompanhadas de ações educativas e de cidadania, demonstram que, as conhecidas práticas divulgadas a partir

da Operação Colômbia, referentes a técnicas recomendadas e já testadas para países empobrecidos do terceiro mundo, acabam atendendo as demandas de nossos "clusters" de violência.

Será que este estado de coisas diz respeito tão somente ao Rio de Janeiro, especialmente quando sabemos que a UPP da Rossinha conta com um efetivo de cerca de 2 mil homens, portanto superior ao de muitas capitais brasileiras inclusive Florianópolis, o que nos leva a concluir que, ou nossas polícias são mais eficientes, ou os problemas por elas enfrentados são de outra ordem.

Talvez os diferenciais sejam que todas as ações empreendidas no Rio de Janeiro estão inseridas dentro de um plano mais amplo de segurança, onde todos os aspectos são levados em conta a partir do cumprimento de metas, de tal sorte que até a realização dos eventos programados esteja a Capital em condições de cumprir dignamente com seu papel de cidade sede, tanto da Copa do Mundo quanto da Olimpíada.

Nós por outro lado, aqui na "planície" não podemos continuar convivendo com essa dramática sensação de que morremos a cada instante, em cada saída na noite, onde a maior felicidade é ouvir o barulho da fechadura anunciando o retorno de nossos filhos.

Dentro desta perspectiva é obvio que o pa-

pel do município enquanto ente de "Estado" é por demais relevante.

A abordagem multidisciplinar alicerçada em leis modernas amparadas no Estatuto das Cidades poderá de forma integrada cumprir um papel transcendental no sentido de provê-las das ferramentas básicas para melhor encarar esses novos desafios.

Mesmo reconhecendo que os fatores que contribuem para o agravamento dessas questões são de várias ordens é inegável que tudo que diga respeito ao aproveitamento dos espaços públicos acaba tendo uma importância maior, especialmente em nossas vias quando o trânsito caótico ceifa vidas e nos condiciona na escolha de nosso próprio dia a dia, onde somos obrigados a cancelar compromissos ou readequá-los a regras que são ditadas pelas crescentes limitações de mobilidade, engrossando de forma decisiva nossa "sensação de insegurança" em razão do estresse a que somos submetidos todos os dias.

* Delegado da Policia Federal. Ex-presidente do IPUF — Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis. Ex-secretário da Secretaria de Segurança Pública e Defesa do Cidadão de Florianópolis. Membro do Conselho Deliberativo do MONATRAN - Movimento Nacional de Educação no Trânsito.

Presidente do Contran empossa novos membros das Câmaras Temáticas

O presidente do Conselho Nacional de Trânsito (Contran) e diretor-geral do Departamento Nacional de Trânsito (Denatran), Julio Ferraz Arcoverde, empossou na primeira semana de setembro, em Brasília (DF), os novos membros das Câmaras Temáticas do Contran.

Em discurso, Arcoverde ressaltou a importância de estreitar as relações do conselho e de seus órgãos de assessoramento, em prol de um trânsito mais seguro. Segundo ele, o embasamento técnico dos novos membros é fundamental para que as ações do Contran reflitam efetivamente à vontade da sociedade.

"Temos que nos pautar nas necessidades e anseios da população brasileira, a fim de elaborar normas que melhorem a qualidade do trânsito do nosso país", afirmou Arcoverde.

Além de Julio Arcoverde, o evento contou com a presença do presidente da Frente Parlamentar em Defesa do Trânsito Seguro, deputado federal Hugo Leal, e de representantes do Contran e de outros ministérios que compõem o conselho.



O mandato dos empossados será de dois anos, nas seguintes câmaras temáticas: Engenharia de Tráfego, Sinalização e da Via; Saúde e Meio Ambiente no Trânsito; Educação para o Trânsito e Cidadania; Formação e Habilitação de Condutores; Assuntos Veiculares e de Esforço Legal.

O que são? As Câmaras Temáticas são órgãos técnicos vinculados ao CON- TRAN, integradas por especialistas e têm como objetivo estudar e oferecer sugestões e embasamento técnico sobre assuntos específicos para decisões daquele colegiado.

TRANS TO: 0 que pensam os

Foram entrevistados os quatro candidatos melhor colocados nas pesquisas à prefeitur

O MONATRAN - Quais são suas propostas para a melhoria do trânsito e mobilidade em Florianópolis, levando em conta toda a região metropolitana?



ANGELA ALBINO - O trânsito de Florianópolis é considerado um dos piores entre as capitais brasileiras. Segundo um estudo da Universidade de Brasília, hoje, a situação é a mesma de um paciente infartado. Tudo porque crescemos durante anos sem planejamento. Por isso, não dá mais para esperar e a mobilidade urbana é uma das nossas principais prioridades. Imediatamente ao assumirmos a Prefeitura. vamos colocar em ação o Plano Emergencial de Mobilidade (PEM. Entre as ações do PEM, vamos aumentar a frota de ônibus e implantar o Rapidão, o verdadeiro Sistema BRT, que terá ônibus melhores, mais rápidos, mais baratos e confortáveis, e que circularão em vias exclusivas. Faremos também a licitação do Sistema, que deve estabelecer um novo marco regulatório logo no primeiro ano de governo. O PEM vai criar também o Fundo Municipal de Mobilidade, que visa separar o custo do transporte do preço da tarifa e dessa maneira baratearemos o preço da passagem que hoje está entre as mais caras do país. Nós vamos incentivar o uso das bicicletas, ampliando os atuais 37 quilômetros de ciclovias para pelo menos 100 quilômetros e integraremos essas ciclovias num sistema único, bem projetado, sinalizado e seguro. Nós vamos tirar do papel e implantar definitivamente o transporte marítimo, com seis linhas que ligarão o Continente à Ilha e que deverá ser integrado com o sistema de ônibus (BRT). No Maciço do Morro da Cruz, faremos o sistema de transporte vertical, seguindo o exemplo de outros locais onde já foi implantado com sucesso. Outra ação será criar a Carona com Cadastro, onde tanto quem oferece quanto quem pede a carona serão cadastrados e identificados.

CESAR SOUZA JR. - A melhoria no fluxo de veículos em Florianópolis passa, indiscutivelmente, por obras estruturantes como o anel viário e também a duplicação do trecho da BR-282 que liga a BR-101 às pontes, a chamada Via Expressa. Como prefeito, vou cobrar, em conjunto com os demais prefeitos da região metropolitana, do governo do Estado o do governo fede-

ral rapidez na execução dessas obras tão importantes e que inclusive já deveriam ter saído do papel. Hoje o gargalo no entroncamento da Via Expressa com a BR-101 tem como reflexo o engarrafamento na Avenida Beira Mar-Norte, por exemplo. O trânsito não flui como deveria, os ônibus demoram, as pessoas ficam mais tempo na fila do que com a família em casa depois do trabalho. Isso precisa acabar. E a solução é uma ação integrada entre as prefeituras, o governo do Estado e também o governo federal, é importante que todos façam a sua parte.

ELSON PEREIRA - A Frente de Esquerda buscará a articulação dos municípios da grande Florianópolis para integrar territorial e as soluções dos problemas comuns. Criação da Companhia de Transporte Coletivo Municipal; Priorização do transporte coletivo de massa com qualidade, conforto, confiabilidade, com acessibilidade universal e financiado pelo conjunto da sociedade, na busca da implantação da Tarifa Zero. Criação do Fundo Municipal de Mobilidade Urbana de modo a financiar as iniciativas de melhoria da mobilidade urbana com recursos oriundos de diversas fontes: recursos orcamentários, retorno do IPVA, Zona Azul, propaganda veiculada em ônibus etc. Abertura imediata do processo licitatório de concessão de exploração das linhas de transporte coletivo de Florianópolis subordinando os concessionários ao controle do poder público; definir a ocupação territorial à partir da existência de infraestrutura e capacidade viária. Desenvolver o sistema viário de forma integrada ao planejamento territorial, priorizando o transporte coletivo. Busca da intermodalidade (Cicloviário, Marítimo, Rodoviário), priorizando os modais não poluentes e coletivos. Implantação de um sistema cicloviário integrado e conectado em todo o município por meio de "Bacias Cicloviárias".

GEAN LOUREIRO - A mobilidade urbana em Florianópolis tem, obrigatoriamente, de ser pensada como região metropolitana. Afinal, o maior problema está na BR-101 e na Via Expressa. Por isso vou liderar, como prefeito de Florianópolis, o consórcio das cidades da Grande Florianópolis, para buscar recursos para melhoria do trânsito na região e pressionar o governo federal para as obras do Anel Viário da BR-101 e as 4 pistas da Via Expressa.

Falando de Florianópolis somente, vamos implantar o sistema BRT, ônibus com maior capacidade, com canaletas exclusivas e, portanto, mais rápidos, confortáveis e baratos. Também vamos investir em obras de infraestrutura fundamentais, como o elevado do Rio Tavares, que ajudará muito o trânsito no Sul da Ilha. Além de pavimentar todas as ruas da cidade, levando dignidade para as famílias.

O MONATRAN - Desde a construção do TICEN, o MONATRAN vem lutando

pela construção de uma passarela subterrânea para os pedestres, a fim de atender pessoas com necessidades especiais (gestantes, idosos e portadores de deficiência física, etc.). Mais recentemente, falou-se sobre a criação de um Boulevard que, de outra maneira, também atenderia estas pessoas com maior dificuldade de locomoção. No entanto, tal projeto também não saiu do papel, apesar das promessas dos últimos prefeitos. O que o (a) senhor (a) pensa deste assunto? O (A) senhor (a) tem algum projeto neste sentido?

ÂNGELA ALBINO - Gostamos tanto da ideia do boulevard, quanto da passarela. O que não vai é ficar como está, com os carros disputando com os pedestres. O Plano Emergencial de Mobilidade também pensou na aplicação das leis brasileiras e da convenção da ONU sobre direitos das pessoas com deficiência, tomando por baliza o "desenho universal". Será criado também o projeto Atende, que vai fornecer vans para buscar em casa pessoas com deficiência, adaptar 100% da frota de ônibus – como determina a lei – e também implantar o projeto Ande Bem, com calçadas dignas e acessíveis a todos.



CESAR SOUZA JR. - A região da Avenida Paulo Fontes deve e vai passar por um processo de humanização. Temos um projeto aprovado em concurso público que prevê o Boulevard com passagem subterrânea para pedestres. Vamos analisar como está essa situação e aproveitar projeto na medida do possível, transformando toda a região do Ticen. A atual administração não deu continuidade a esse processo, o que é lamentável. A Avenida Paulo Fontes foi fechada com a proposta de se fazer ali uma obra que revitalizaria toda aquela região, o que infelizmente acabou não acontecendo. Do jeito que está não pode e não vai continuar.

ELSON PEREIRA - Entendemos que todo o sistema de transporte coletivo deva ser repensado, inclusive o próprio terminal do Centro que concentra a maioria das linhas do município e mesmo de municípios vizinhos devido a uma concepção errada de sistema integrado. A divisão da cidade em território das empresas privadas de ônibus impede que as linhas sejam mais longas e

não centrípetas, o que leva para o centro da cidade milhares de pessoas que não tem como destino final aquele ponto já congestionado da cidade. As linhas devem se cruzar numa malha e a integração ser feita eletronicamente sem a necessidade o Terminal Central que além do grande impacto urbano que causa ainda onera o sistema. Para a revisão do sistema será preciso o reestabelecimento da capacidade planejadora da prefeitura por meio de condições institucionais promotoras de participação popular na definição das Políticas Públicas Urbanas e da valorização do órgão de Planejamento Municipal e da secretaria de mobilidade.

Desta forma o projeto mencionado será revisto.

GEAN LOUREIRO - O meu objetivo é dar sequência ao projeto do Boulevard. Já iniciamos um trabalho de revitalização do Centro Histórico de Florianópolis, em parceria com os comerciantes, a exemplo da Vidal Ramos e Jerônimo Coelho. A revitalização completa do Largo da Alfândega, além de ajudar no tráfego de pedestres da região, trará mais vida para o coração da cidade, que é aquela região do TICEN e Mercado Público.

O MONATRAN - A nossa capital, apesar de ter a maior parte de sua área localizada na Ilha de Santa Catarina, estranhamente, não tem transporte marítimo. Temos acompanhado os esforços do prefeito de Palhoça nesse sentido. Porém, os demais prefeitos da Grande Florianópolis, durante a maior parte do tempo, não demonstraram interesse no assunto. Perguntamos: O que o (a) senhor (a) pensa a respeito? Pretende fortalecer as tímidas iniciativas tomadas até então sobre esta questão?

ÂNGELA ALBINO - Nós vamos implantar o transporte marítimo. Ele precisa deixar de ser uma lenda urbana ou uma promessa vazia em época de eleição. Compreendemos que o transporte marítimo deve ser visto como a base de um novo grande modal de massa que dê suporte ao crescimento da região metropolitana de Florianópolis. Ele é um sistema barato, simples, já existiu e vai voltar, dentro do Plano Emergencial de Mobilidade. Uma linha vai fazer a ligação do Centro da cidade até o Continente. Outras duas em consórcio com as prefeituras vizinhas ligará Palhoça com o Sul da Ilha e Biguaçu com o Norte. O PEM também vai garantir a integração do transporte marítimo com as linhas de ônibus e outros modais, como as bicicletas. Outra ação será fortalecer a Cooperativa de Barcos da Lagoa da Conceição.

CESAR SOUZA JR. - Como prefeito da Capital, vou assumir o comando de uma grande mobilização pelo transporte marítimo na região. Não adianta cada município pensar de forma isolada. É preciso uma integração, uma união de forças para podermos tirar definitivamente o projeto de

candidados a Prefeito da Capital

ra de Florianópolis para falar um pouco mais sobre suas propostas em prol do trânsito.

transporte marítimo do papel. Temos que pensar em um projeto que integre também o transporte marítimo ao urbano, porque de nada adianta trazer as pessoas de barco se não houver um sistema eficiente que leve os passageiros até seu destino final. Aqui na Capital, por exemplo, temos o aterro da Baía Sul, no Centro, que é um dos espaços aparentemente mais adequados para receber passageiros do transporte marítimo. Mas não adianta as pessoas chegarem até ali e não terem como seguir para o Centro, é preciso que haja transporte coletivo rápido e eficiente para fazer esse transporte até o destino final.



ELSON PEREIRA - A busca da intermodalidade através de um sistema Cicloviário, Marítimo e Rodoviário, priorizando os modais não poluentes e coletivos é central em nossa proposta de melhorar a mobilidade em Florianópolis. Mais uma vez insistimos na necessidade da retomada da capacidade planejadora e gestora da prefeitura para implantarmos um sistema de transporte marítimo adequado, eficaz e articulado com os demais modais implantados na cidade. Salientamos que a própria história da ocupação da cidade, desde os tempos coloniais, já indicam trajetos e atracadouros viáveis. Além disto, acreditamos que o sistema de transporte marítimo deve visar não apenas o transporte de passageiros mas igualmente o transporte de veículos evitando as grandes e onerosas estruturas viárias de transposição das baías.

GEAN LOUREIRO - O transporte coletivo marítimo será realidade já no meu primeiro ano de mandato. Em maio deste ano, eu articulei a primeira reunião entre prefeitos da Grande Florianópolis e Governo do Estado, quando ainda era Secretário de Governo, dando um grande passo para que seja disponibilizada uma licença provisória ainda neste ano para o novo modal de transporte. Já fizemos um estudo que aponta o melhor local para embarque e desembarque e temos um projeto para colocar em prática o sistema.

O MONATRAN - Qual a importância de Organizações Não-Governamentais na luta por um trânsito mais humano e seguro? O (A) senhor (a) pretende chamar estas entidades a um debate, a fim de proporcionar um processo mais participativo?

ÂNGELA ALBINO - A sustentabilidade das políticas públicas se assenta na participação cidadã. A grande diferença do planejamento entre a nossa candidatura e as demais é que para confeccionar o nosso plano de governo, nós ouvimos mais de 250 pessoas, em mais de 40 reuniões temáticas com ONGs, professores universitários. E este será o mote de nosso governo, a parceria entre a Prefeitura e sociedade. Para isso nós iremos recuperar as leituras comunitárias, rediscutir e reforçar as consultas à população. Nós vamos formular o Plano Estratégico Participativo de Desenvolvimento Sustentável de Florianópolis. Consultar amplamente toda a cidade e seus segmentos organizados sobre a vocação econômica, social e cultural do município. Vamos planejar a médio e longo prazo a Florianópolis que queremos ter daqui 20

CESAR SOUZA JR. - A importância das ONGs é fundamental, de grande importância na conscientização e prevenção por um trânsito mais humano. Sem dúvida vamos querer contar com a experiência dessas entidades na política da prefeitura para o setor.

ELSON PEREIRA - Em nossas Diretrizes de Governo buscamos a democratização das Políticas Públicas Municipais, assegurando a participação popular nas decisões estratégicas do município e a transparência administrativa por meio da criação de instrumentos de acesso a informação das ações do governo municipal.

Desta forma o diálogo com a Sociedade Civil é central para a Frente de Esquerda para promovermos a verdadeira participação. Para que ela aconteça, três elemetos são essenciais:

Vontade Política, pois para a participação é central o grau de abertura, vontade de comprometimento do sistema político às demandas de participação, enquanto elo condutor da implementação de espaços públicos deliberativos e de investimentos na inversão das prioridades sociais.

Tradição Associativa, na medida em que a organização da sociedade é um fator relevante para a implementação de mecanismos participativos.

Condições Institucionais: para que as experiências participativas adquiram um caráter de inovação institucional em direção à efetivação da democracia deliberativa, faz-se necessário não apenas que se introduza um conjunto mais amplo e representativo dos diferentes segmentos e atores sociais (...) como também que se introduza um conjunto de práticas, regras e critérios (procedimentos) que interfiram positivamente nas condições subjacentes de desigualdades socais (...), ampliando tanto as possibilidades de participação aos setores historicamente excluídos quanto ampliando a densidade e a qualidade da representação.

GEAN LOUREIRO - O meu estilo de governar é em conjunto e sempre será assim. Todas as entidades encontrarão as portas do meu gabinete abertas para governar junto comigo. As associações, fundações, e tantas outras, convivem o dia-a-dia de nossa cidade, e vão contribuir muito com nosso governo.

O MONATRAN - Nos últimos anos, o IPUF vem sofrendo um processo de esvaziamento. O que o (a) senhor (a) pensa deste órgão? O (a) senhor (a) pretende fortalecê-lo ou encerrá-lo de vez?

ÂNGELA ALBINO - Não tem como nós pensarmos o planejamento de Florianópolis sem pensar na reestruturação do Ipuf, que há anos vem sofrendo com um enxugamento no quadro de seus funcionários, sem reposição. Muitas cabeças pensantes de nossa cidade estão se aposentando e saindo do Ipuf e esta capacidade, esta memória, está se perdendo. O que pretendemos é fortalecer o Ipuf já nos primeiros meses de governo, com a contratação de funcionários através de concursos públicos, visando a integração, agilidade, transparência e fiscalização social. Temos que pensar que trabalhar na perspectiva do planejamento significa necessariamente rearticular o Ipuf e a Secretaria de Transportes e Mobilidade.

CESAR SOUZA JR. - Esse é um dos principais objetivos da nossa administração. Precisamos com a máxima urgência fazer com que a prefeitura recupere a sua capacidade de planejamento, e para que isso seja realidade precisamos de um Ipuf forte, com corpo técnico capacitado. Há 20 anos o Ipuf tinha cerca de 120 e hoje esse número não passa de duas dezenas. Isso é inadmissível. Vamos recuperar o Ipuf e fazer com que ele volte a ser um órgão de planejamento forte, que pense a cidade para as próximas décadas, para as próximas gerações.

ELSON PEREIRA - Temos insistido desde o início de nossa campanha a necessidade de retomarmos a capacidade planejadora do município e neste sentido o IPUF é central. Seu quadro técnico precisa ser refeito e mesmo ampliado para além do número de funcionários que havia há 8 anos atrás. Ao mesmo tempo este órgão de planejamento precisa ter independência em relação aos mandatos dos governantes. Também insistimos que seu quadro precisa ir além da compreensão puramente técnico--urbanística, procurando desenvolver estudos territoriais amplos visando a compreensão das dinâmicas populacionais, de nossa relação com o mar (inclusive com estudos de dinâmicas marinhas e praiais), sociológicas, patrimoniais, turísticas etc.

Pretendemos desde o primeiro ano de gestão abrir concurso público para o provimento de cargos como igualmente da compra de equipamentos que deem sustentação pra seu trabalho. Como autarquia, o IPUF poderá inclusive desenvolver estudos e projetos metropolitanos de forma

a pensar toda a região conurbada de forma integrada.



GEAN LOUREIRO - Vamos juntar o IPUF com a Secretaria de Transportes, Mobilidade e Terminais, tornando uma autarquia capaz de planejar a cidade. Para isso faremos mais concursos, aumentando o número de técnicos e tornando o órgão capacitado para exercer a função na cidade.

O MONATRAN - O prolongamento da Beira-Mar Continental é fundamental para que aquela via tenha de fato, utilidade. O que o (a) senhor (a) pensa em fazer a respeito?

ÂNGELA ALBINO - No caso especifico sobre o prolongamento, a ideia é dialogar com a comunidade. Precisamos também resolver a questão do estacionamento que prejudica o comércio local. Temos no Programa de Governo um compromisso de resgate do Continente e dos direitos dos 111 mil florianopolitanos que lá vivem.

CESAR SOUZA JR. - Sem dúvida. Tanto é que mesmo com Beira-Mar Continental os motoristas continuam usando as vias do Bairro Estreito. A Beira-Mar Continental foi planejada para ter uma ligação com a BR-101, mas infelizmente esse projeto não avançou.

ELSON PEREIRA - Não podemos pensar em nenhuma solução de forma desintegrada do sistema metropolitano. Se a Beira Mar Continental estiver desvinculada de uma visão global de mobilidade, incluído aqui o transporte coletivo, o sistema viário e o uso e ocupação do solo, ela não terá uma utilidade muito restrita para a cidade.

Ainda será preciso articulá-la à São José de forma a compor um sistema metropolitano. Mas nada poderá ser feito sem que possamos planejar todo o território de Florianópolis articulado com os demais municípios da região conurbada.

GEAN LOUREIRO - O meu objetivo é dar continuidade a Beira-Mar Continental. Já assumi esse compromisso. Também vou cobrar do prefeito vizinho, de São José, a continuidade até a BR-101, para que a Beira-Mar Continental torne-se ainda mais eficaz para o trânsito na região metropolitana.



JUDICIÁRIO

Entrega de direção a motorista alcoolizado pode caracterizar homicídio com dolo eventual

Entregar a direção de veículo automotivo a motorista alcoolizado pode caracterizar homicídio qualificado com dolo eventual. Ele ocorre quando o agente, mesmo sem buscar o resultado morte, assume o risco de produzi-lo. O entendimento foi dado pela Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) em pedido de habeas corpus contra julgado do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE).

Em fevereiro de 2010, segundo a acusação, o réu, já alcoolizado, entregou a direção de seu carro a uma amiga, que também estava embriagada. Ocorreu um acidente e a amiga, que conduzia o carro, morreu. No veículo foi encontrada pequena quantidade de cocaína. O réu foi acusado de homicídio qualificado (artigo 121, parágrafo 2°, incisos II, III e IV do Código Penal). Impetrou-se habeas corpus para trancar a ação, sustentan-



Ministra Laurita Vaz

do haver inépcia de denúncia e falta de justa causa. Entretanto, o TJPE negou o pedido, afirmando que a adequação da acusação seria verificada no curso do processo, com a produção de provas.

No STJ, a defesa insistiu na tese de erro na denúncia, pois não teria ocorrido homicídio, e sim o delito do artigo 310 da Lei 9.503/97 (Código de Trânsito Brasileiro – CTB): entregar a direção de veículo para pessoa não habilitada, incapaz ou embriagada. Com isso, voltou a pedir o trancamento da ação.

INDÍCIOS SUFICIENTES

A relatora do processo, ministra Laurita Vaz, considerou que eventual erro na tipificação do crime não torna a

peça acusatória inepta. "O réu defende-se dos fatos objetivamente descritos na denúncia e não da qualificação jurídica atribuída pelo Ministério Público ao fato delituoso", afirmou. Além disso, ela prosseguiu, o trancamento de ação penal por habeas corpus, por falta de justa causa, exige que fique claro que a imputação de delito não tenha indício apto a demonstrar a autoria.

Porém, no entendimento da relatora, a denúncia descreve de modo suficiente a existência do crime em tese e também a autoria, com os indícios necessários para iniciar a ação penal. Ela acrescentou que a atual tendência jurisprudencial é de imputar o crime de homicídio a quem passa a direção a pessoa embriagada, pois, mesmo não querendo a morte da vítima, assumiu o risco de produzi-la, configurando o dolo eventual.

"Ressalto que se deve evi-

tar o entendimento demagógico de que qualquer acidente de trânsito que resulte em morte configura homicídio doloso, dando elasticidade ao conceito de dolo eventual absolutamente contrária à melhor exegese do direito", ponderou.

Para Laurita Vaz, as circunstâncias do acidente descritas na acusação podem caracterizar o dolo eventual. A vítima, além de estar embriagada, dirigiu o carro de madrugada, em lugar arriscado, sem cinto de segurança e em velocidade superior a 100 km/h. A ministra também acrescentou que desclassificar uma acusação pela análise da vontade do agente não é da jurisdição do STJ, sendo isso tarefa do juízo de direito que trata do processo. Ela negou o pedido de habeas corpus e foi acompanhada de forma unânime pelos demais ministros da Quinta Turma.

Ministro suspende andamento de ações que questionam o DPVAT



Oministro Luiz Fux (foto), do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou a suspensão dos processos que tramitam em todos os tribu-

nais de Justiça dos estados e que questionam duas leis sobre o pagamento do seguro DPVAT (Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre), indenização paga a vítimas de acidentes de trânsito.

A decisão foi tomada no dia 22 de agosto e divulgada no dia 4 de setembro pelo Supremo. O ministro analisou uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) protocolada pelo PSOL contra duas medidas provisórias que foram convertidas em leis em 2007 e 2009. AS MPs estabeleceram, entre outras questões, o limite de R\$ 13,5 mil para indenizações por morte ou invalidez per-

manente, percentuais para o pagamento de lesões parciais e o reembolso de R\$ 2,7 mil em serviços de saúde comprovados – veja abaixo mais informações sobre o questionamento do PSOL.

Com a decisão de Fux, todos os incidentes de inconstitucionalidade, ações na Justiça que reclamam da legalidade dessas regras, ficarão paralisados até uma decisão final por parte do plenário do Supremo.

O ministro informou, em sua decisão, que há muitas ações questionando o teto do reembolso para serviços hospitalares. Segundo ele, o andamento desses processos poderia ocasionar "sérios danos" à população

"Elevar-se-ia a incerteza na aplicação da Lei n. 6.194/74 [lei que define as regras do pagamento do seguro] e no que tange ao pagamento de indenizações do seguro DPVAT a milhares de brasileiros vítimas de acidentes de trânsito, comprometendo-se a própria autoridade da decisão que vier a ser proferida por este Supremo Tribunal Federal", diz Fux na decisão.

Bem de motorista que mata pode ir a penhora

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu, no dia 11 de setembro, que é possível penhorar bens de motoristas que matam no trânsito para garantir o pagamento de pensão às vítimas do acidente. A determinação não leva em conta o fato de o motorista estar ou não bêbado.

A decisão é sobre a execução de uma pensão alimentícia e de indenização por danos morais de um processo de 2003, de Caxias do Sul (RS). Em 14 de junho daquele ano, um motociclista morreu quando a moto que ele dirigia foi fechada por um carro. A mãe do motociclista, Alina Maria dos Santos Reis, entrou na Justiça para receber indenização e uma pensão alimentícia até que completasse

70 anos (o filho era responsável pela maior parte da renda da família). Quando venceu a ação, ela indicou a casa do motorista como bem penhorável para garantir o pagamento. "A lei não permite penhora de único imóvel, usado por moradia, mas o pagamento de pensão alimentícia é uma exceção", disse o advogado Airton Barbosa de Almeida, autor da ação.

O motorista recorreu e venceu o processo na Justiça gaúcha. O caso, então, foi para o STJ, onde o ministro Massami Uyeda determinou que "a impenhorabilidade do bem de família não é oponível à credora da pensão alimentícia". Como o motorista é casado, a penhora é de 50% do imóvel - a parte da mulher foi preservada.





Proposta prevê indicação de local para recurso contra multa de trânsito

A Câmara analisa o Projeto de Lei 3669/12, do deputado Giroto (PMDB-MS), que torna obrigatória a inclusão, na notificação de multa de trânsito, dos locais de obtenção do formulário para recurso e de onde este deve ser entregue.

Atualmente, a legislação estabelece que deve constar apenas a data do término do prazo para apresentação de recurso pelo responsável pela infração, que não será inferior a 30 dias contados da data da notificação da penalidade.

"O objetivo é melhor orientar os condutores autuados com vistas à apresentação de recursos contra a infração, uma vez que existem mais de um órgão autuador e instâncias diferentes para a apresentação de recursos", afirmou o autor da proposta.

TRAMITAÇÃO

A proposta foi apensada ao PL 7538/10 e será analisado pelas comissões de Viação e Transportes; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Motoristas alcoolizados podem ter de cumprir pena em hospitais

Os motoristas condenados a prestação de serviços à comunidade por dirigir após consumo de álcool poderão ter de cumprir suas penas preferencialmente em hospitais de urgência ou de politraumatismo. A medida está prevista no Projeto de Lei 3794/12, do deputado licenciado Edivaldo Holanda Junior (PTC-MA).

O Código de Trânsito Brasileiro (Lei 9.503/97) já prevê a possibilidade de condenação penal de motoristas, mas não define quais são as formas preferenciais de cumprimento da pena de prestação de serviços à comunidade. A medida também vale para as pessoas que entregarem a direção de veículo a quem não estiver em condições físicas ou psicológicas de conduzi-lo.

Edivaldo Holanda Junior



argumenta que a proposta deverá mudar os hábitos de quem costuma consumir bebidas alcoólicas antes de dirigir. "Penso que, ao se confrontarem com problemas reais resultantes da atuação irresponsável de um motorista embriagado, aqueles que agem da mesma forma possam pensar melhor, refletir sobre as

desgraças que podem causar em seus semelhantes ou em si mesmos e, assim, mudem de atitude", argumentou.

TRAMITAÇÃO

- A proposta, que tramita de forma conclusiva, será analisada pelas comissões de Viação e Transportes e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Câmara aprova isenção de tarifa para morador de município com pedágio

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) aprovou, no dia 04 de setembro, o Projeto de Lei 1023/11, do deputado Esperidião Amin (PP-SC), que concede isenção do pagamento de pedágio a quem comprovar residência permanente ou exercer atividade profissional permanente no município em que se localiza a praça de cobrança da tarifa.

O projeto foi aprovado em caráter conclusivo e, se não houver recurso, seguirá diretamente para análise do Senado.

O relator na CCJ, deputado Onofre Santo Agostini (PSD--SC) (foto abaixo), apresentou parecer a favor da proposta, que já havia sido aprovada pelas comissões de Viação e Transportes; e de Finanças e Tributação. "O projeto é extremamente justo, porque a cobrança do





pedágio é uma afronta ao trabalhador brasileiro, especialmente aos que usam a rodovia", declarou o deputado.

O projeto altera a Lei 9.277/96, que autoriza a União a delegar aos municípios, estados e ao Distrito Federal a administração e a exploração de rodovias e portos federais.

Credenciamento - Para se beneficiar da isenção, o proprietário deverá ter seu veículo credenciado periodicamente pelo concedente e pelo concessionário, conforme procedimentos a serem fixados por regulamento.

O texto estabelece isenção também para as rodovias federais que tenham sido concedidas à iniciativa privada, após delegação da União para estados, Distrito Federal ou municípios.

A proposta confere ao con-

cessionário da rodovia o direito de reclamar ao poder concedente a revisão da tarifa de pedágio. Segundo o texto, a medida tem o objetivo de manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão. Até que haja uma deliberação do poder concedente quanto à manutenção ou revisão das tarifas existentes, a concessionária fica autorizada a não conceder isenção da tarifa.



A Câmara analisa o Projeto de Lei 3852/12, do deputado Lúcio Vieira Lima (PMDB--BA), que estabelece regras para restringir as concessões de pedágios em rodovias, pontes e túneis.

Novas concessões ou permissões para pedágios deverão ser aprovadas em lei, segundo a proposta. O pedágio só poderá ser exigido se for comprovada a incapacidade do governo em cuidar do equipamento viário público.

O projeto prevê também que o valor do pedágio deve ser o menor possível, para não limitar o tráfego de pessoas e bens, e que exista rodovia pública próxima à privatizada.

Segundo Vieira Lima, a cobrança de pedágios vem crescendo nos últimos anos e, por isso, é necessário regulamentar melhor a questão com "critérios de validade para trazer condições de uso mais vantajosas aos usuários." TRAMITAÇÃO

A proposta tramita em caráter conclusivo e será analisada pelas comissões de Viação e Transportes; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Comissão aprova prestação de serviço ambiental para motorista infrator

A Comissão de Viação e Transportes aprovou, no dia 05 de setembro, o Projeto de Lei 2246/11, do deputado Roberto de Lucena (PV-SP), que estabelece pena alternativa de serviços comunitários de proteção e preservação ambiental para motoristas com 20 pontos na carteira por infrações leves ou médias.

Uma emenda do relator, deputado Fábio Ramalho (PV-MG), amplia as possibilidades de penas alternativas para outros tipos de serviços comunitários. "O texto pode ser ampliado para outros serviços sociais, como o trabalho em hospitais ou nas corporações de resgate de vítimas de trânsito." A alteração foi aprovada pela comissão.

O parlamentar lembrou que, no âmbito penal, já são adotadas

penas alternativas para crimes de trânsito, como prestação de serviços em hospital de atendimento a vítimas de trânsito.

Atualmente, o Código de Trânsito Brasileiro (Lei 9.503/97) prevê a suspensão, de um mês a um ano, do direito de dirigir para quem atingir 20 pontos na carteira de motorista em um ano. A pena alternativa proposta seria utilizada a critério do Departamento de Trânsito (Detran) local, quando considerá-la mais educativa. A lei estipula quatro categorias para as infrações de trânsito (leve, média, grave e gravíssima).

Tramitação - A proposta tramita em caráter conclusivo e ainda será analisada pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Brasil enfrenta epidemia de acidentes de trânsito, diz representante do Ministério da Saúde

Levantamentos feitos pelo Ministério da Saúde sobre internações hospitalares e gastos com tratamento mostram que o Brasil enfrenta "uma epidemia" de acidentes de trânsito, segundo a coordenadora da Área Técnica de Vigilâncias e Acidentes da pasta, Marta Maria Alves da Silva. Em 2011, foram internadas em hospitais da rede pública 153.565 vítimas de acidentes de trânsito, o que gerou um gasto de R\$ 200 milhões aos cofres públicos. A agravante é que, do total das internações, praticamente a metade - 48% - envolveu motociclistas. "Isso caracteriza uma situação epidêmica, e as causas mais comuns são: direção perigosa e condução das motos por pessoas alcoolizadas", destacou Marta Alves, ao participar no dia 13 de setembro, do seminário Políticas para o Trânsito Seguro de Motos, promovido pela Comissão de Assuntos Sociais do Senado.

A técnica disse que o governo como um todo e não apenas o Ministério da Saúde tem desenvolvido uma série de ações para reduzir os números



de acidentes no trânsito. Os investimentos são destinados principalmente à reestruturação dos centros de saúde e hospitais do Sistema Único de Saúde (SUS), além da preparação dos profissionais de saúde.

O problema, segundo Marta Alves, é que apesar dos investimentos feitos as estatísticas demonstram crescimento no número de acidentes e principalmente de óbitos ano a ano. "É preciso inverter essa tendência com investimentos maciços em prevenção, especialmente para conscientizar sobre o perigo do excesso de velocidade e de dirigir alcoolizado", frisou a técnica. Segundo ela, 30% dos leitos dos prontos-socorros são ocupados por vítimas de acidentes de trânsito, e 25% dos condutores que dão entrada nos hospitais

morrem.

Os dados da Associação Brasileira de Medicina no Tráfego (Abramet) corroboram os levantamentos feitos pelo Ministério da Saúde. O presidente da entidade, Dirceu Rodrigues Alves Júnior, ressaltou que a cada dez leitos ocupados nas unidades de terapia intensiva (UTIs), quatro são por acidente de trânsito, especialmente con-

dutores de motos.

"O que acontece, não temos lugar para internar na UTI pessoas vítimas de outras ocorrências, como infarto e doenças crônicas. O que fazemos é transferi-los para enfermarias", disse o presidente da Abramet. Para ele, o problema só vai ser revertido com a melhoria dos serviços de qualificação dos motoristas, especialmente motociclistas. Dirceu Rodrigues destacou que os cursos oferecidos hoje são "pobres" e, na maioria deles, não têm profissionais capacitados para preparar o cidadão que adquire um veículo de duas ou quatro rodas.

O presidente da Associação Brasileira de Motociclistas (Abram), Lucas Pimentel, defendeu o melhor preparo dos centros de formação de condutores – autoescolas – com prioridade na direção defensiva. Ele ressaltou que existem recursos específicos para o Estado desenvolver programas de educação no trânsito. "Infelizmente o que vemos todos os anos são esses recursos contingenciados pelo governo e, na realidade, não chegam às escolas."

Saúde investe R\$ 12,8 mi no Projeto Vida no Trânsito

Recursos do Ministério da Saúde reforçam as ações de segurança no trânsito nos estados e capitais. Santa Catarina deve receber R\$ 250 mil e Florianópolis, R\$ 175 mil, para implantar projeto que prevê medidas para reduzir índices de mortes em acidentes

O Ministério da Saúde autorizou novo repasse no valor de R\$ 12,8 milhões para que todos os 26 estados, o Distrito Federal e as respectivas capitais possam ampliar e fortaleces ações previstas no Projeto Vida no Trânsito. Além dos investimentos, a portaria 1.934 prevê a inclusão de dois novos municípios paulistas no projeto: Campinas e Guarulhos,



Marta Maria Alves da Silva, coordenadora da Área Técnica de Vigilância e Prevenção de Violências e Acidentes do MS.

que já desenvolviam ações de vigilância e prevenção das lesões e mortes pelo trânsito. Os recursos transferidos para municípios com mais de um milhão de habitantes serão de R\$ 250 mil. O valor para cidades com número de habitantes entre 500 mil e um milhão será R\$ 200 mil. Municípios com menos de 500 mil habitantes receberão R\$ 175 mil. A medida visa modificar a cultura de segurança no trânsito de forma a reduzir o número de mortos e feridos graves a partir da melhora da informação, da conscientização e mobilização da sociedade.

Um dos pontos principais do Projeto Vida no Trânsito é qualificação das informações. As secretarias estaduais e municipais de saúde deverão implantar o Projeto Vida no Trânsito por meio de articulação com outros setores governamentais e não-governamentais. Eles deverão integrar as informações sobre acidentes de trânsito e

vítimas (como feridos graves e mortes). Os gestores de saúde deverão, ainda, identificar os fatores de risco e grupos de vítimas mais importantes nos respectivos municípios. A partir desta verificação, os municípios deverão desenvolver programas e projetos de intervenção que reduzam esses fatores e os pontos críticos de ocorrência de acidentes.

"A iniciativa mostra a preocupação do Ministério da Saúde com a violência no trânsito. Uma das prioridades do Projeto Vida no Trânsito é intervir nos principais fatores de risco, que são responsáveis pelas causas e pela gravidade dos acidentes de trânsito, como o excesso de velocidade e a associação entre álcool e direção. Essas intervenções são desenvolvidas em articulação com outros setores, como educação, trânsito, transporte e segurança pública, dentre outros setores governamentais e da sociedade civil. Nosso objetivo principal

é reduzir a grande quantidade de óbitos e lesões no trânsito, que poderiam ser evitados com medidas preventivas", observa Marta Maria Alves da Silva, coordenadora da Área Técnica de Vigilância e Prevenção de Violências e Acidentes do Ministério da Saúde. Ela lembra que uma capital de cada região brasileira havia sido definida inicialmente, em 2010, para o reforço das ações de vigilância e prevenção de acidentes no trânsito: Palmas (TO), Teresina (PI), Belo Horizonte (MG), Campo Grande (MS) e Curitiba (PR). Além dessas cidades pioneiras, o Ministério da Saúde incluiu, em 2011, as outras 22 capitais e mais os estados.

O Projeto Vida no Trânsito resulta também da participação do Brasil num esforço internacional iniciado em 2010 com o Projeto Road Safety in 10 Countries (RS 10), coordenado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e a Fundação Bloomberg.

Sindicalista quer proibir venda de motos para quem não tiver CNH e diminuir acidentes

Campo Grande (capital do Mato Grosso do Sul) registrou 53 vítimas fatais em acidentes de trânsito entre os meses de janeiro e julho deste ano. Destes, 32 foram motociclistas, conforme dados da Ciptran e Santa Casa.

Sobre os altos números de mortes no trânsito, o presidente do Sinprome/MS (Sindicato Profissional dos Trabalhadores Condutores em Motocicletas, Entregadores e Autônomos Individuais Sobre Duas e/ou Três Rodas Motorizados ou Não), Luis Carlos Escobar, avalia que apenas uma lei específica de restrição à venda de motocicletas poderia ajudar, em curto prazo, na redução destes números. "Iremos propor à Câmara Municipal a criação de uma lei que proíba a venda de motos às pessoas inabilitadas", explica Luis Carlos. Para ele, caso os bancos também exigissem a habilitação para a liberação de financiamentos, estes números seriam ainda

Conforme dados da Abrave (Associação Brasileira de Revendedores Autorizados de Veículos), entre os meses de janeiro e agosto, foram emplacadas 17.866 motocicletas apenas na Capital do Estado.

O presidente do Sindicato

avalia ainda que a ineficácia do transporte público é um dos principais fatores do aumento nas vendas de veículos. Com certeza será procurada uma forma mais rápida e econômica como a motocicleta.", aponta.

Sobre os altos índices de acidentes, Luis Carlos avalia que os números são baixos entre os profissionais da categoria (motoentregadores e mototaxistas). "A maioria dos acidentes são entre os não-profissionais, que muitas vezes sequer possuem carteira".

OAB - Para a advogada Ana Medeiros, presidente da Comissão Especial de Trânsito da OAB/MS (Ordem dos Advogados do Brasil), é necessário atacar este problema em várias frentes, sendo a educação como base e, em seguida, a fiscalização, penalização e engenharia de trânsito.

Ana Medeiros aponta que, aliado a estes fatores, o processo de educação com os cursos nas escolas no ensino fundamental poderá ser um fator decisivo na melhoria do trânsito. "Falta limites da família, falta gentileza... Uma mudança prática somente será vista em 10 anos, quando as crianças de hoje, que estão em processo de aprendizado,

aplicarão seus conhecimentos no trânsito.".

Para ela são três os maiores fatores de risco no trânsito: velocidade, álcool e motocicleta. Com relação aos números de mortes no trânsito em 2012, Ana aponta que "agosto com certeza irá superar janeiro no número de mortes".

A presidente da comissão avalia ainda que a legislação é branda e que um projeto para mudança sobre penalização seria a forma mais prática de redução no número de acidentes.

NOTA DO EDITOR:

Na edição de novembro de 2011, o presidente do MONA-TRAN - Movimento Nacional de Educação no Trânsito sugeriu em seu artigo que fosse criado uma espécie de porte de veículo. "Se não pode ter arma quem não tem porte, por que pode ter veículo quem não tem habilitação?". Bentes defendeu a idéia da criação de uma lei obrigando que as concessionárias e revendedoras só vendessem veículos, especialmente as motocicletas, para quem apresentasse a carteira de habilitação. E, na hora das transferências, os cartórios só a efetivassem mediante a apresentação do documento.





Ousadia e álcool empurram jovens para mortes no trânsito

Para especialistas, falta de preparo e impunidade reforçam espírito aventureiro

Nas redes sociais, eles publicam fotos de bebidas, convites para festas e frases que exibem o destemor diante de desafios. Na vida real, o que há é uma mistura de inexperiência e ousadia que têm levado cada vez mais jovens à morte em acidentes de trânsito.

Para especialistas, os jovens são inexperientes e abusam no trânsito por acreditarem que não haverá consequências. O comandante do Batalhão de Trânsito da Polícia Militar em Belo Horizonte, tenente-coronel Roberto Lemos, afirma que a maioria dos motoristas infratores flagrados nas blitze da capital são jovens e solteiros. "Eles não costumam pensar muito nos resultados e são mais afoitos", afirmou.

Uma pesquisa feita pela Seguradora Líder, empresa que administra o Seguro de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre (DPVAT), reforça a afirmação do policial. Ela mostra que mais da metade dos acidentados do país têm entre 18 e 34 anos. É nesse grupo também que está o maior índice de indenizações por invalidez permanente. Segundo o estudo divulgado no início do ano, o número de indenizações cresceu 45% na comparação do ano passado com 2010.

Para a especialista em segurança no trânsito Heloísa Maria Barbosa, as autoescolas deveriam preparar melhor os candidatos, focando em direção defensiva. "O jovem pega a carteira sem malícia, despreparado para os riscos no trânsito", disse. "A impunidade nessas ocorrências faz com que os jovens não tenham medo de serem imprudentes", completou o advogado Carlos Cateb, especialista em crimes de trânsito.

BRASIL TEM 18 VÍTIMAS POR HORA EM ACIDEN-TES

A cada hora, o trânsito brasileiro faz quase 18 vítimas. No ano passado, 153.565 pessoas foram internadas em hospitais da rede pública, o que gerou um gasto de R\$ 200 milhões aos cofres públicos. O levantamento foi feito pelo Ministério da Saúde e, segundo a coordenadora da Área Técnica de Vigilâncias e Acidentes, Marta Maria Alves da Silva, mostra que o Brasil enfrenta "uma epidemia" de acidentes no trânsito.

Do total das internações, 48% envolveu motociclistas. "As causas mais comuns são: direção perigosa e condução das motos por pessoas alcoolizadas", destacou Marta Alves. Segundo ela, 30% dos leitos dos prontos-socorros são ocupados por vítimas de acidentes de trânsito, e 25% dos condutores que dão entrada nos hospitais morrem.

Lei seca - Para apressar a punição aos motoristas embriagados que evitam o bafômetro, o governo federal pretende aprovar ainda neste mês o projeto de lei que permite à Justiça punir o condutor alcoolizado mesmo que não seja comprovado o nível de álcool no sangue. O projeto já foi aprovado na Câmara e aguarda votação do Senado.



CARTAS

Radares em Florianópolis

"Na matéria sobre os radares em Florianópolis eu fiquei pensando com meus 'botões' sobre esse assunto. Nas conversas com os amigos a ideia é uma só: 'que bom que não voltou o radar'. Mas isso está errado, algum órgão competente tem que fazer algo, no caso a prefeitura de Florianópolis. Não é possível que uma cidade do tamanho de nossa capital fique livre para motoristas imprudentes cometerem esses verdadeiros crimes contra a sociedade. Não é nem infração pra mim, é crime."

Fabrício Andrade - São José/SC

Apelo aos Candidatos

"Meu apelo aos candidatos prefeituráveis de todo o Brasil é que eles leiam a Palavra do Presidente do MONATRAN. Aliás, mais do que isso, coloquem em prática as tão sábias palavras. Chega da retórica de sempre e façam-nos o favor de gerir nossas cidades de forma competente e que atenda, de fato, os interesses da população."

Wagner Loyola – Brasília/DF

Multa X Advertência

"Quando li não acreditei, fui correndo abrir a página referente a notícia. A partir de 2013, infrações leves poderão ser revertidas em advertência por escrito! Isso virou colegial, quando a principal punição era um papel escrito em vermelho? Inadmissível isso. Errou, tem que pagar com rigorosidade, até porque nosso subconsciente estará mais suscetível a imprudência."

Adriana Becker – Palhoça/ SC

A Cidade e o Voto

"Triste, porém corretíssima constatação do articulista Jose Roberto Dias: 'A maioria dos administradores públicos, por serem políticos profissionais, não ousam pensar a longo prazo.' Por estas e outras, fica cada vez mais difícil alimentarmos a esperança de ter um trânsito mais humano e seguro. O jeito é ficar de olho pra ver se tem alguma exceção e votar nela."

Rodrigo Ale – São Paulo/SP

Pedágio de Palhoça

"Eu trabalho em São José, mas moro em Palhoça. Até a alteração definitiva da praça pedágio, todo o dia serão três reais para essa tal de Autopista Litoral Sul, que não faz nada pra gente. Com a mudança da praça vai sobrar um dinheirinho para economizar. Obrigado aos governantes e a esse jornal por incentivar tal ação!"

Aline Lisboa – Palhoça/SC

Ferrovias

"Até que enfim o Brasil investirá em ferrovias. Os europeus, de maneira maliciosa, desestimularam nossos governantes pioneiros nesse transporte em massa. Assim, o desenvolvimento tupiniquim ficaria aquém do possível, continuando como uma colônia econômica. É um passo para melhorar o desenvolvimento. Um passo não, um trilho para o crescimento econômico."

Sérgio Ostermayer – Joinville/SC

Fittipaldi e a Velocidade

"Olha, eu sou do tempo do Emerson Fittipaldi. Chorei nos dois títulos mundiais dele. Mas agora ele vir apresentar, juntamente com a FIA, uma campanha de segurança no trânsito é irônico. O cara corria a 300 km/h. Por mais que seja um esporte, ele incentiva a alta velocidade. Podem me achar um pouco exagerado, mas é a realidade."

Manoel da Silva - São José/SC

A Eleição da Mobilidade

"Realmente, nunca se falou tanto em mobilidade como nessa eleição. Porém, tudo se apresenta de maneira muito superficial. Parece que não dá pra levar nada muito a sério. De qualquer forma, a única maneira para alcançarmos a tão sonhada mobilidade ainda é a consciência na hora de escolher nossos administradores públicos e a responsabilidade de cobrar deles depois de eleitos."

Roberto Rheinlander – Rio de Janeiro/RJ

Proposta de Candidato

"Tem candidato à prefeitura de Florianópolis prometendo custear o passe dos estudantes com os recursos das multas... Por acaso mudou a lei? Até onde eu sei, segundo o artigo 320 do CTB, 'a receita arrecadada com a cobrança das multas de trânsito será aplicada, exclusivamente, em sinalização, engenharia de tráfego, de campo, policiamento, fiscalização e educação de trânsito.' Ou seja, esse dinheiro não serve para pagar passe livre de ninguém!"

Caroline Gonçalves – Florianópolis/SC

Semana do Trânsito

"A Semana Nacional do Trânsito é um bonito passo. Mas se o cidadão não fizer desses dias uma realidade durante todo o ano, não vale em nada o esforço de uma semana. Temos que dirigir pensando no próximo. Permita citar o livro mais lido no mundo: a Bíblia. Ela afirma que devemos amar ao próximo. Isso significa respeitar todos em nossa volta, incluindo os motoristas em nossas vidas. Sejamos pacientes e calmos."

Andrea Lopes – Florianópolis/SC

MAYIRO MOTORISTA:





SEMANA DO TRÂNSITO

Acidentes de trânsito são responsáveis por 90% dos casos de ortopedia em Hospital de Campo Grande/MS

Uma das grandes consequências da violência no trânsito é a superlotação dos hospitais no atendimento do trauma.

De acordo com a assessoria de imprensa do maior hospital de Mato Grosso do Sul, a Santa Casa, localizado em Campo Grande, o reflexo pode ser observado diante das estatísticas, onde 90% dos casos da ala de ortopedia são de pessoas traumatizadas em acidentes de trânsito, sendo 80% motociclistas.

O presidente da Sociedade Brasileira de Ortopedia e Traumatologia de Mato Grosso do Sul (SBOT/MS), Dr. André Grava, ressalta que os acidentes costumam acontecer nos horários de maior movimento e quando ocorre o uso de bebida alcoólica.

Os jovens entre 18 e 25 anos de idade, são considerados o grupo mais vulnerável e de maior exposição ao risco de acidentes de trânsito, só no ano passado foram responsáveis por 23% dos acidentes com vítimas, sendo contabilizado um total de 12.357 acidentes, segundo o relatório anual do Departamento Estadual de Trânsito de Mato



Grosso do Sul - DETRAN/ MS

"A questão do trânsito está muito complexa. Mobilidade

urbana, tempo de espera e o preço do transporte público acabam incentivando o uso da motocicleta, o que causa um aumento brutal no número de acidentes pela imprudência e falta de maturidade dos pilotos", afirma o presidente da SBOT/MS.

Como forma de conscientizar a população, o DETRAN/ MS realizou na Semana Nacional de Trânsito, entre os dias 18 e 25 de setembro, uma campanha com o tema "Velocidade".

Durante o período, foram realizadas palestras, teleconferências, blitz educativa, inauguração de uma ciclovia, entre outras coisas.

Buenos Aires incentiva distribuição de bicicletas e vestiários para ciclistas

Meta é ampliar viagens feitas com bicicletas de 2% para 5% do total do transporte de passageiros

Para incentivar os portenhos a pedalar e desafogar o trânsito, o governo da cidade de Buenos Aires está incentivado empresas, universidades e ONGs a aderirem a um programa que prevê a distribuição e o empréstimo de bicicletas a funcionários e alunos. Estacionamentos e vestiários com chuveiros para os que chegam suados após a pedalada para o trabalho ou estudos também estão no plano.

Trata-se do programa chamado Mejor en Bici (Melhor de Bicicleta). Segundo dados do governo local, 107 empresas de diferentes setores como tecnologia, petróleo e alimentos, além de 28 ONGs e oito universidades, já foram classificadas como "amigas da movimentação sustentável" porque estão estimulando o uso de bicicletas.

De acordo com o subsecretário de Trânsito e de Transporte, Guillermo Dietrich, em troca, o governo oferece palestras sobre segurança no trânsito e assessoria na área de infraestrutura ligada às ciclovias. As empresas ainda ganham ainda um selo de "socialmente responsável".

O objetivo é que a bicicleta torne-se o principal meio de transporte de muita

gente entre a casa e o trabalho – ou pelo menos até a metade do caminho.

Buenos Aires, com três milhões de habitantes, possui 90 quilômetros de ciclovias e um sistema integrado com 22 estações com 850 bicicletas gratuitas. O governo local planeja chegar a 120 quilômetros em três anos e 5 mil bicicletas grátis.

Para efeitos de comparação, em São Paulo, com 19 milhões de habitantes, a malha de ciclovias, incluindo as das áreas de lazer, é de 140 km, de acordo com o site da Prefeitura.

Já o Rio de Janeiro conta, no total, com 235 km de ciclovias, ficando atrás apenas de Bogotá, na Colômbia, entre as cidades sul-americanas, também segundo a Prefeitura.

Gratuitas - Em Buenos Aires, 57 mil pessoas estão registradas nos computadores das estações de bicicletas, segundo dados oficiais.

Na prática, muitos usam a bicicleta do programa para completar a viagem – por exemplo para chegar a estação de trem ou de metrô na ida ou na volta para o trabalho, para a universidade ou órgão público.

O sistema inclui a entrega de capacetes e o usuário deve devolver a bicicleta e o capacete até uma hora depois em outra estação de bicicletas. "A maioria das viagens (dos que trabalham ou estudam) é de menos de cinco quilômetros e esse percurso pode se fazer facilmente de bicicleta", disse o subsecretário.

Na Europa e nos EUA, uso de bikes ganha incentivo



Em diversas cidades da Europa e dos EUA, as bicicletas são aceitas durante a maioria do expediente dos transportes públicos -salvo nos horários de pico e com limite de bicicletas por viagem.

Famosa pelo cenário urbano repleto de bicicletas, Amsterdã (Holanda) -que conta com 600 mil bicicletas e 750 mil habitantes- permite os ciclistas no sistema de transporte todos os dias e horários, menos das 7h às 9h e das 16h às 18h30 nas linhas de metrô e em algumas linhas do trem.

Além da passagem normal, o usuário deve pagar um extra equivalente a R\$ 4. Segundo a empresa GVB, que administra o transporte urbano, há espaço específico para os ciclistas no vagão, mas não há número máximo de ciclistas por viagem.

Em Berlim, onde as bicicletas já se misturam com a paisagem, no transporte U-Bahn (metrô), os ciclistas podem viajar exceto durante os horários de pico, que vão das 6h às 9h e entre 14h e 17h, com o limite de duas bicicletas no último vagão.

As bicicletas são aceitas durante todo o funcionamento do metrô em Nova York, com exceção dos horários de pico durante a manhã e a tarde. É necessário pagar uma taxa de R\$ 12 e portar uma autorização para levar a bicicleta na viagem.

Durante a semana são permitidas quatro bicicletas por viagem, sendo duas no primeiro vagão e duas no último. Já aos finais de semana, esse número dobra para oito, sendo uma em cada vagão.

O sistema público de transporte londrino também é, no geral, bastante amigável aos usuários de bicicletas. Estima-se que sejam feitos mais de 500 mil deslocamentos por dia usando esse meio de locomoção na cidade.

A agência de transporte de Londres incentiva o uso de bicicletas como meio de locomoção com programas de benefícios fiscais para empresas que estimulam seus funcionários a adotar o ciclismo.

Usuários do recente teleférico criado ao leste da cidade estão liberados para carregar suas bicicletas convencionais sem restrições, assim como nos serviços de transporte feitos no rio Tâmisa.

Além disso, a prefeitura conta com sistema popular de aluguel de bicicletas, conhecidas como "Boris Bikes", referência ao prefeito Boris Johnson, cuja gestão lançou o projeto.

SEMANA DO TRÂNSITO

Especialistas alertam para "epidemia de mortes" no trânsito

Guerra, caos, epidemia. Essas foram algumas das palavras utilizadas por especialistas para classificar a atual situação do trânsito no Brasil. Eles participaram de uma mesa redonda na Assembleia Legislativa, como parte das atividades da Semana Nacional de Trânsito, organizada pelo Departamento Estadual de Trânsito (Detran/SC), no último dia 19 de setembro. Durante o evento, foram empossados os membros da Comissão Intersetorial para Redução de Morbimortalidade de Trânsito, com a participação de representantes de 26 entidades.

Os participantes da mesa redonda apontaram possíveis soluções para a redução dos acidentes de trânsito. O secretário-adjunto de Saúde de Florianópolis, o médico Daniel Moutinho Júnior, classificou a situação como uma "epidemia silenciosa" e destacou que investimentos em transporte coletivo de massa e aumento



das penas para quem provoca mortes no trânsito podem ajudar a mudar esse quadro. "O trabalho da comissão que toma posse hoje é árduo, mas é muito importante para toda a sociedade", considerou.

Para o ex-diretor do Denatran e conselheiro do MONA-TRAN – Movimento Nacional de Educação no Trânsito, José Roberto de Souza Dias, a corrupção e o alto índice de analfabetismo funcional na população brasileira co-

laboram para que o trânsito seja tão violento. Ele também criticou a falta de pesquisas aprofundadas sobre o assunto. "A responsabilidade por esse cenário é do governo federal e dos estados", acredita.

Já o engenheiro Roberto de Oliveira, especialista em mobilidade urbana e acessibilidade, afirmou que, além da criação de um órgão de pesquisas sobre o trânsito que integre toda a Grande Florianópolis, são necessárias medidas mais duras para a redução do tráfego e da ocupação da Ilha de Santa Catarina.

Oliveira afirma que a reativação da Ponte Hercílio Luz seria uma excelente alternativa, mas descartou o BRT como sistema de transporte de massa. O engenheiro criticou o modelo de concessão de ônibus vigente na cidade. "Enquanto o modelo não deixar de ser um feudo, os problemas não serão solucionados".

COMISSÃO É EMPOSSADA

Reduzir pela metade, num período de dez anos, o número de mortes no trânsito é o principal desafio da Comissão Intersetorial para Redução de Morbimortalidade por Acidente de Trânsito, cujos membros foram empossados nesta quarta-feira. Participam do comitê secretarias municipais e estaduais, Detran, Deinfra, Dnit, organizações sociais ligadas ao trânsito, Polícia

Militar, Polícias Rodoviárias Estadual e Federal, Bombeiros, Samu, Ipuf, Ministério Público, Sest/Senat, entre outras entidades.

A Assembleia Legislativa é representada pela Comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano. Conforme o presidente da comissão, deputado Valmir Comin (PP), além dos investimentos em infraestrutura de transportes, são necessárias medidas na área da educação para o trânsito. "Devemos discutir a inclusão do trânsito no currículo escolar", afirmou.

O secretário de Saúde de Florianópolis, Clécio Antônio Espezim, afirmou que a nova comissão não vai apenas acompanhar e avaliar as ações tomadas pelo poder público com relação ao trânsito, mas intervir quando achar necessário. "Já realizamos um trabalho com as equipes do PSF em Florianópolis, mas precisamos incrementar as ações de prevenção", disse.

